

# Câmara de SCS aprova CPI para investigar gestão Auricchio

## Dívida de SCS passa de R\$ 429 mi para R\$ 825 milhões e vereadores aprovam CPI sobre gestão Auricchio/2024

A Câmara Municipal de São Caetano aprovou, na tarde de terça-feira (3), a abertura de uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a gestão do ex-prefeito José Auricchio Júnior - PSD, no ano de 2024. O principal objetivo é apurar possíveis irregularidades na condução das finanças públicas, que teriam provocado um aumento expressivo na dívida municipal, saltando de R\$ 429.016.526,86 para R\$ 824.918.339,70 em apenas um ano. A CPI foi aprovada por 16 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção, com prazo inicial de 120 dias, podendo ser prorrogado. Ao final, o relatório poderá ser encaminhado ao Ministério Público, com possibilidade de abertura de processos por improbidade administrativa

Página 3

### Câmara de SCS aprova CPI para investigar gestão Auricchio

Comissão vai apurar possível má gestão fiscal durante o ano de 2024 que elevou a dívida pública para mais de R\$ 824 milhões

MARCOS FIDELIS

A Câmara Municipal de São Caetano aprovou, na tarde de terça-feira (3), a abertura de uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a gestão do ex-prefeito José Auricchio Júnior - PSD, no ano de 2024. O requerimento, de autoria do vereador Marcel Munhoz - PP, foi aprovado por 16 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção.

Além disso, o principal objetivo da CPI é apurar indícios de má gestão fiscal, que, segundo o documento, teriam elevado a dívida pública municipal de R\$ 429.016.526,86 para R\$ 824.918.339,70 no período de um



Auricchio foi prefeito durante quatro mandatos, o CPI vai investigar o último ano de sua gestão. O levantamento aponta ainda cerca de R\$ 300 milhões em restos a pagar deixados pela gestão anterior. Nesse sentido, o requerimento aprovado destaca que "a solicitação encontra respaldo em indícios de má gestão fiscal e possíveis infrações aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade e responsabilidade na administração pública, conforme preceituam a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)".

Ainda conforme o documento, "tais

indícios sugerem a possibilidade de elevação do endividamento municipal sem a devida cobertura orçamentária e financeira". Além disso, são citados impactos diretos nas áreas de Saúde, nos pagamentos contratuais, fornecedores e prestadores de serviços.

Contado, a instauração da comissão encontrou resistência de parte da bancada. Votaram contra os vereadores Caio Salgado - PL, Matheus Ganello - PL, e Olynto Voltarelli - PSD. Do mesmo modo, o vereador Luiz Galarraga - PL, que também foi secretário no governo anterior, preferiu se abster da votação.

Apesar disso, a proposta contou com apoio de outros 12 vereadores que assinaram o pedido antes da votação:

Américo Scunglia - PRD, César Oliva - PSD, Fábio Soares - Republicanos, Gilberto Costa - PP, Jander Lira - PSB, Doutor Seraphim - PL, Góinho Moreira - PL, Igor Cavalcini - PSB, Professor Róndnei - PSD, Welbe Macedo - PSB, e Bruna Biondi - PSOL, além do autor Marcel Munhoz.

O prazo inicial de investigação é de 120 dias, podendo ser prorrogado por mais quatro meses. Ao final, o relatório da comissão poderá ser encaminhado ao Ministério Público de São Paulo, caso sejam constatadas irregularidades, com possibilidade de abertura de processos por improbidade administrativa e até ineligibilidade dos responsáveis por até oito anos.

Dr. Seraphim (psb)	Américo Scunglia	Bruna Biondi por - Dileito	Caio Salgado
César Oliva	Cícinho Moreira	Daniel Córdoba	Fábio Soares
Fábio Soares	Getúlio Filho	Gilberto Costa	Igor Cavalcini
Prof. Jander Lira	Igor Cavalcini	Marcel Munhoz	Dr. Marcos Fontes
Matheus Ganello	Olynto Voltarelli	Welbe Macedo	Prof. Róndnei
Welbe Macedo			

Panel de Votação: Luiz Galarraga - PL, se absteve; Caio Salgado - PL, Olynto Voltarelli - PSD e Matheus Ganello - PL foram contrários e CPI

#### COMISSÃO

Todavia, a composição da CPI — definição de presidente, relator e membros — ainda será oficializada nos próximos dias, conforme cronograma.

#### CENÁRIO

Durante coletiva de imprensa, o atual prefeito Tite Campagna - PL, ao ser questionado sobre o tema afirmou "que a Câmara não pode se omitir, nós

tivemos no passado um aumento do endividamento e um volume muito alto de restos a pagar [...]. A Câmara tem que ter conhecimento disso".

#### RESPONSABILIDADE

Ao REPORTER, Auricchio afirmou por meio de nota que a sua "gestão sempre foi pautada pela responsabilidade, transparência e compromisso com a cidade. Entregamos

obras, fortalecemos os serviços públicos e obtivemos reconhecimento da população, que se refletiu na eleição do atual prefeito". Além disso, o ex-prefeito afirma que respeita "as funções do Legislativo, mas entendo que instaurar uma CPI sem qualquer fato concreto que a justifique não contribui com a cidade. Fica evidente que se trata de uma movimentação de natureza política, distante dos reais interesses".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal ABC Repórter - Grande ABC/SP

Seção: Política Pagina: Capa + página 3